



DISCIPLINA: Inclusão Urbana, Direito à Cidade e Cidadania

CÓDIGO: DH 912

PROFESSOR: Ana Cláudia Rocha Cavalcanti

CARGA HORÁRIA: 60 h/a – 04 créditos

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Direitos Humanos

LINHA DE PESQUISA: 1

Início: 10/09 /21 Remota

Sextas: 10-12h(Síncrona) e (2 horas assíncronas)

1. EMENTA

Fundamentos teóricos da desigualdade. Inclusão e exclusão urbana. Fundamentos éticos do direito à cidade. Cidadania e direitos humanos. Sujeito e território.

2. OBJETIVO

Explorar os princípios e fundamentos do direito à cidade como instrumental para a inclusão urbana por meio das disputas pelo território como representação da cidadania no Brasil e em países da América Latina.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Origens da desigualdade e suas dimensões.
 2. Bem, Justiça, sustentabilidade e responsabilidade social.
 3. Direitos Humanos, desenvolvimento sustentável e justiça ambiental.
 4. Sujeitos e território na formação do Estado.
 5. Mecanismos de inclusão e a teimosia da exclusão.
 6. Os excluídos multidimensionais.
 7. A privação da liberdade e da vida.
 8. Cidadania e disputas pela cidade.
 9. Produção autogestionada da habitação e cidadania.
 10. Acesso desigual às riquezas das cidades e contradições sociais.
 11. Produção Social do Habitat: garantia do direito à cidade e a conquista da cidadania.
-

4. METODOLOGIA ADOTADA

A disciplina ocorrerá de forma remota por meio de aulas discursivas e palestras, com discussões teóricas e práticas, sendo ofertada em colaboração com o professor Flávio Antonio Miranda de Souza MDU-UFPE e, com participação de professores e pesquisadores nacionais e internacionais.

Palestrantes confirmados:

Dra. Caroline dos Santos (Universidade Federal de Alagoas),
Dra. Cecilia Zapata (Universidad de Buenos Aires),
Dr. José Júlio Lima (Universidade Federal do Pará)
Dr. Luiz Felipe Brandão (Universidade Federal da Fronteira do Sul);
Dr. Pieter de Vries (Wageningen University),
Dra. Raquel Ludermir (Habitat para Humanidade),
Dra. Silva Ferretti (consultora independente -Itália)
Dra. Suzann Cordeiro (Universidade Federal de Alagoas).

5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação será baseado na aferição da qualidade e intensidade da participação no processo de aprendizado compartilhado e uma monografia final que enfoque aspectos relevantes dos assuntos da disciplina.

6. CRONOGRAMA

Aula 1 -10 de setembro até Aula 10 – 12 de novembro Apresentação da disciplina. Aulas expositivas dialogadas. Palestras com convidados.

Aula 11 -19 de novembro até Aula 15 - 17 de dezembro Desenvolvimento e assessoramento do trabalho avaliativo

7. BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, ADAUTO; D'OTTAVIANO, CAMILA (ORG.) *Habitação e Direito à Cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise*. Letra Capital: Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 2021.

CEPAL. *La matriz de La desigualdad social en América Latina*. Santiago, Naciones Unidas, 2016.

De SOUZA, F. A. M.; De LA MORA, L.; CAVALCANTI, A. C. R. Discursos y prácticas en la producción social del hábitat en Recife, Brasil. Políticas de mejora de vivienda, garantía de derechos y ampliación de diferencias. In: Di Virgilio, María Mercedes; Rodríguez, María Carla (Orgs.). *Producción social del hábitat*, Buenos Aires, Café de las Ciudades, 2013, pp. 91-118.

GLEDHILL, JOHN; HITA, MARIA GABRIELA; PERELMAN, MARIAN. *Disputas em torno do espaço urbano: processos de [re]produção*. EDUFBA, Salvador, 2020, 2ª. edição.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes. 294p. 2014

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Morães, 1991, 1ª Edição.

ONU-HABITAT. *Nova agenda urbana*. Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. 2016.

SANTOS JR., O. A.; CHRISTOVÃO, A. C.; NOVAES, P. R. (Orgs) Políticas públicas e direito à cidade : programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros.- Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrópoles : IPPUR/UFRJ, il.- (Caderno didático) p. 126, 2011.

SAULE JR., N. O direito à cidade como centro da Nova Agenda Urbana. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*. Rio de Janeiro: IPEA, vol. 15, 2016.

TRINDADE, T. A. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. IN: *Lua Nova*, V. 87, pp. 139-165, 2012.

TROVÃO, C.; MANZANO, S. *Fundamentos da Desigualdade: Uma Abordagem Teórica*. Texto para Discussão 003/2019. Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AHMED, A.; MARTION, J.; UDDIN, S. Human Rights Education 1995-2017. In: *Human Rights Quarterly*. V. 42, N. 1, pp. 195-216, 2020.



P·P·G·D·H

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Artes e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos

BRASIL. Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001.

BRASIL. Estatuto da Metrópole, Lei 13.089 de 12 de janeiro de 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. "Fundamentos dos Direitos Humanos". *Revista Jurídica Consulex* - Ano IV, v. I, n. 48, p. 52-61, 2001.

DE LA MORA, Luis Aferição da qualidade da participação dos novos atores sociais nos mecanismos de gestão democráticas das políticas públicas. In: Sueli Leal; Norma Lacerda. (Org.). *Do local ao global: o papel dos novos atores nas políticas públicas*. 2a ed. Recife: EdUFPE, 2002, v. 1, p. 187-208

JÄGERS, Nicola. Sustainable Development Goals and the Business and Human Rights Discourse: ships passing in the night? In: : *Human Rights Quarterly*. V. 42, N. 1, pp. 145-173, 2020.

LANGFORD, Malcolm. Critiques of Human Rights. *Annual Review of Law and Social Science*. No. 14, pp. 69-89, 2018.

LECKIE, S. Housing as a human right. *Environment and Urbanization*. Vol. 1, N. 2, 1989, pp. 90-108.

PURCELL, M. Citizenship and the right to the global city: reimagining the capitalist world order. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 27, N. 3. 2003, pp. 564-590.

SAULE, Nestor Júnior. *O Direito à Cidade como paradigma da governança urbana democrática*. São Paulo: Instituto Polis, 2005.

SERRANO, Sandra; Vázquez, Luiz Daniel. *Fundamentos teóricos de los derechos humanos. Características y Principios*. Comisión de Derechos Humanos del Distrito Federal. Pueblo Axota, 2015.